

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1464836 - GO
(2019/0060419-6)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : DALVA FERREIRA DA CRUZ
ADVOGADOS : DIDIMO DE OLIVEIRA COSTA - GO004738
DENISE BATISTA DE OLIVEIRA COSTA -
GO025488
BRUNA MARIA SOUZA SILVA E OUTRO(S) -
GO031590
DANIELE MOREIRA DA SILVA - GO039582
AGRAVADO : INCORPORADORA BORGES LANDEIRO S.A - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : JOSÉ ANTÔNIO DE FREITAS JÚNIOR - GO020543
RODOLFO MACÊDO MONTENEGRO E OUTRO(S) -
GO026496
AGRAVADO : HAROLDO CARDOSO DA SILVA
AGRAVADO : VALERIA BUFAICAL CARDOSO
ADVOGADOS : VANESSA LIMA ABDALA FRANCO - GO024436
NÚBIA BARBOSA MOURA E OUTRO(S) - GO031869
RENATO ABDALA FILHO - GO030671
JAQUELINE LINO MODESTO DOS SANTOS -
GO044242
AGRAVADO : BEATRIZ SIQUEIRA ABINAGEM
AGRAVADO : PRISCILLA HELENE SIQUEIRA ABINAGEM
AGRAVADO : CIBELE SIQUEIRA ABINAGEM OLIVEIRA
AGRAVADO : ANTONIO ABINAGEM
ADVOGADO : MURILO AMADO CARDOSO MACIEL E OUTRO(S)
- GO019020

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC/2015. SÚMULA Nº 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. Não pode ser conhecido o recurso que não infirma especificamente os fundamentos da decisão agravada, haja vista o disposto no art. 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. O conteúdo normativo do referido dispositivo legal já estava cristalizado no entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça na redação da Súmula nº 182/STJ.

2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

